

Magistério condena o desvio no ensino

A Secretaria da Educação dificilmente terá êxito se tentar impor nas escolas de primeiro grau da rede oficial as alterações curriculares propostas pela Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas, principalmente nas cadeiras de História, Geografia e Português. Vários professores do ciclo básico e do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP apontam os principais motivos para o fracasso da iniciativa.

Segundo eles, dos 210 mil professores estaduais, apenas 119 foram treinados. Outro fator: o conteúdo ideológico tendencioso, unilateral e esquerdizante dos programas de História e Geografia, principalmente, que se choca com a honestidade dos que estão acostumados a mostrar várias tendências aos alunos. Eles acusam os autores das propostas de desconhecer a realidade da escola pública e da sociedade, e o governo, que há 11 anos não investe no aperfeiçoamento do magistério nem permite que um professor troque parte de uma jornada de trabalho para frequentar cursos de reciclagem.

E desafiam: as propostas devem fracassar porque ninguém está preparado e porque, na sala de aula, o professor tem liberdade de cátedra, garantida na Constituição, que lhe possibilita lecionar de acordo com a consciência. Eles estão ignorando as mudanças recomendadas.

De um grupo de 12 professores reunidos no Centro do Professorado Paulista, Luíza La Forja era a única, entre as 119 colegas do Estado, que fez o curso de monitoramento para avaliar as propostas e multiplicá-las nas delegacias de ensino. Ela mesma critica o projeto: "Não tem espinha dorsal, está fragmentado. A reciclagem é necessária, porque hoje o livro didático manda mais que o professor na classe. Nós já não somos mais a 'proxima atração' para a criançada".

Maria Alice Bicudo Soares, também do ciclo básico, mostra que o governo se omitiu, esquecendo de aperfeiçoar o professor e, agora, exige a adoção de uma proposta distante da realidade do magistério. "A imposição arbitrária do plano vai morrer na liberdade de cátedra." Loretana Pancera concorda: "A secretaria ignorou a realidade vivida por cinco mil escolas, seis milhões de alunos e 300 mil professores. Ninguém foi ouvido".

A supervisora de ensino Neusa Araci Costa Sampaio, de Bauru, ironiza: "Estamos esperando a propos-

ta, porque isso que nos chegou é um estudo ideológico, marxista. Isola fatos, desliga o Brasil do resto mundo, tudo para facilitar o entendimento da luta de classe e estimular o maniqueísmo. Se não podemos ensinar causas e consequências dos fatos históricos e temos de ficar amarrados a um tema único, como querer que alunos se tornem cidadãos? Não podemos dar-lhes opções...".

Maria Alice lembra um encontro de professores com o secretário da Educação que, segundo ela, ouviram de Chopin Tavares de Lima: "A escola pública é para o aluno pobre e não deve ter como objetivo sua preparação para a universidade. Isso é para a classe média". Depois disso, ela concluiu que o objetivo da secretaria, com as propostas, é "marginalizar os alunos da escola pública, desprezando sua criatividade e raciocínio. O projeto é segregacionista e faz do pobre um resignado ou revoltado. O Chopin falou no Palácio dos Bandeirantes que a escola do Estado tem de preparar o aluno para a luta sindical, para a luta de classes e para saber votar. Por isso, o conteúdo de História e Geografia está errado e distorcido e o de Português, inacessível".

Neusa Sampaio diz que, como supervisora, não vai impor a proposta nem obrigar os professores das cinco escolas oficiais, 24 isoladas e uma particular de três cidades de sua delegacia a adotá-la. "Eu conheço a realidade deles; não têm condições de aplicar isso." O ex-diretor Milton de Oliveira acrescenta que essas condições começaram a faltar quando o governo extinguiu o curso normal, abandonou a didática e passou a despreparar os professores para qualquer reforma. "Agora não adianta exigir o que foi negado."

Outros educadores têm soluções para que os currículos sejam alterados. Eles concordam que é necessário mudar, mas prevêem que se o governo adotar suas sugestões essa proposta será derrubada. A primeira é a permissão para que possam fazer a reciclagem: em vez de 40 aulas, dariam 20 e estudariam as outras 20.

Também defende a reformulação da coordenadoria de ensino, para que ela possa explicar as mudanças que propõe (ela formou 119 monitores que, por falta de recursos, não continuaram a tarefa de multiplicar nas delegacias o esclarecimento das propostas). Mas só essa reformulação não basta. Ele quer ver nas delegacias supervisores pedagógicos e não ideológicos, nomeados pela competência e não por apadrinhamento.